



GT 065. Trajetórias de acadêmicos indígenas, negros e quilombolas: impactos presentes e perspectivas de futuro

Ugo Maia Andrade (Universidade Federal de Sergipe) - Coordenador/a, Osmundo Santos de Araújo Pinho (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - Coordenador/a, Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA) - Debatedor/a, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Programa Pós-Graduação Estudos Étnicos e Africanos; Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Debatedor/a

O acesso à universidade suscitou novas perspectivas para segmentos socialmente minoritários, a exemplo de indígenas e quilombolas, e mesmo negros (pretos e pardos) urbanos, cujos indivíduos ascenderam ao ensino superior como realizações pessoais e/ou estratégias coletivas. Todavia, se ainda persistem inúmeros obstáculos à sua permanência na academia, percursos acadêmicos de indígenas, negros e quilombolas têm sido construídos na contramão das adversidades. Pretende-se reunir, neste GT, comunicantes atentas aos efeitos dessas trajetórias sobre coletivos indígenas, negros e quilombolas, buscando-se responder a quatro questões básicas: [1] até que ponto o acesso à universidade pública tem auxiliado na consolidação/formação de uma autonomia e protagonismo indígena, negro e quilombola em um cenário de deterioração gradual de direitos? [2] Em que sentido a produção acadêmica e política desses atores sociais tem feito diferença em relação ao que, antes, já se produzia? [3] Quais os novos olhares e perspectivas trazidos por estes novos intelectuais indígenas/quilombolas/negros? [4] Que repercussões têm sido produzidas, nos coletivos de origem, pela ascensão de indígenas e quilombolas/negros ao ensino superior em níveis de graduação e pós-graduação?

Políticas Racializadas e o Surgimento de Coletivos de Estudantes Negros no Ensino Superior.

Autoria: Guilherme dos Santos Oliveira

Atendendo as demandas dos movimentos sociais, o governo brasileiro adotou em sua agenda de políticas públicas, medidas para que o acesso às universidades, especialmente as públicas, fosse facilitado tornando assim as instituições de ensino superior mais plurais e diversas. Após o fenômeno da implementação das políticas da diversidade no sistema educacional brasileiro, observa-se uma capilarização das entidades do movimento estudantil em múltiplos coletivos. A pesquisa tem como objetivo geral descrever o contexto de surgimento dos coletivos de estudantes negros (as) e suas demandas. Para dar conta da investigação tomamos os seguintes pressupostos teóricos: Desigualdades Raciais (Hasenbalg: 2005; Guimarães: 1999; Gonçalves: 2014 e Jaccoud: 2008); Movimentos Sociais (Gohn: 1997; Touraine: 1999) e Movimentos e Coletivos Estudantis (Mellucci: 1997; Mesquita: 2001; Sousa: 1999). O método de investigação será qualitativo, um estudo de caso, onde utilizo as seguintes técnicas de pesquisa: observação, entrevistas (presencial e online) e coleta de dados nos sites e redes sociais (online). A pesquisa tem por finalidade três objetivos específicos: (1) compreender como se dá essa nova dinâmica de representatividade política estudantil nas universidades escolhidas, (2) investigar como que a configuração organizacional é estruturada dentro de cada coletivo e (3) fornecer dados concretos sobre essa temática, com o intuito de somar ao número de works que discutam essa temática, uma vez que ela ainda não é uma referência para os debates acadêmicos vigentes hoje nas universidades brasileiras.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**